



Anais da Assembléia

Nº 127

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 08: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1.^a **SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA**
ATA DA 22.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 1995
 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Jocelito Canto.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Tchny Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O E X T R A O R D I N Á R I A

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTO Nº 2840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transformada a sessão ordinária do próximo dia 05 do corrente mês em Sessão Extraordinária de Reunião Plenária de Curitiba do Conselho Parlamentar do Sul, conforme programação anexa, quando os Senhores Deputados se unirão aos seus pares dos demais Estado do Sul, para discussão e recomendação sobre assuntos de interesse da Região Sul da Federação Brasileira.

Sala das Sessões, em 02.10.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Edgar Bueno, Élio Rusch, Beto Richa, Edson Lino e Ricardo Chab.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a presença em nossas galerias e em nosso Plenário dos ilustres Deputados Federais Roque Zimmermann, ilustre Deputado Paulo Cordeiro, Basílio Vilani, nosso Professor e outros Deputados Federais que chegarão na oportunidade da seqüência da reunião e Srs. Prefeitos, Basílio Vilani, já citamos e cedemos a palavra nesse instante ao ilustre autor do requerimento Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados Federais, Srs. Deputados Estaduais, Srs. Prefeitos.

Gostaria que os Srs. Deputados Federais juntamente com os Estaduais entendessem o porquê dessa reunião. A imprensa tem divulgado, e é uma realidade, de que prefeituras do Estado não têm como administrar com suas portas abertas no decorrer do dia, visto que os numerários, os recursos que recebem não são suficientes para enfrentar a demanda. Os jornais, rádios e televisão têm mostrado isso. E a Assembléia quando tomou conhecimento dessas dificuldades, através de uma Comissão Especial composta por 9 Deputados, e ainda com a preocupação dos 54 Deputados desta Assembléia, houve por bem de se unir, de se juntar aos problemas da Associação dos Municípios do Paraná comandada pelo Dr. Amaral. E houve por bem formar uma Comissão Especial de Prefeitos. Hoje são 9 Deputados Estaduais, são 9 Prefeitos e aqui contando com a presença dos Deputados Federais, do Basílio Vilani, segundo me consta coordenador da bancada dos Deputados Federais do Paraná, nós gostaríamos que esta Comissão também se juntasse numa comissão de Deputados Federais, para que, daí: Prefeitos, Deputados Federais, Deputados Estaduais cheguem a um resultado para se começar a trabalhar em busca de soluções.

Soluções, por exemplo, nós aqui - Deputados Estaduais, não entendemos bem o porquê que a receita do ICMS que é uma arrecadação do Estado, que é o povo paranaense que paga, é o povo através do governo que recebe essa receita e que concentra na Secretaria da Fazenda, o por que a Assembléia Legislativa não tem o poder de poder legislar, pelo menos, em 50%? Visto que hoje é apenas 25% a atribuições dos Deputados Estaduais. Esse é o primeiro item que vamos ouvir dos nossos Deputados Federais. Porque se os recursos do ICMS são do Estado, arrecadados pelo Estado, gasto pelo Estado somos atrelados a Brasi-

lia?

O Deputado Basílio Vilani já nos diz e sabemos que é a Constituição Federal. Por isso é que nós precisamos dessa reforma, mudar esse sistema dessa receita, porque os Prefeitos batem na porta dos Deputados Estaduais, os Deputados Estaduais batem a porta dos Deputados Federais e nós ficamos num impasse sem podermos fazer absolutamente nada. Por exemplo: vou lhe dar um dado. Estamos vivendo e vivemos um projeto que falava sobre receita e distribuição de ICMS. O Deputado Élio Rusch mostrou aqui dados, onde o município de Maringá e o município de Londrina que têm uma população de 600 mil habitantes, e quem paga o ICMS é o consumidor, é aquele que compra a pinga, a cachaça, o feijão, o arroz, todos os produtos, ou seja, a arrecadação é feita pelo pagamento no caixa na cidade onde ele vive, e no entanto, 600 mil habitantes têm menos receita de ICMS do que a cidade de Foz do Iguaçu e nós não podemos fazer nada. Não estamos aqui dizendo que Foz ganha mais do que merece.

Acho que todos os municípios quanto mais recursos têm, mais necessidades têm de fazer frente à sua infra-estrutura, mas pelo menos, têm que haver critérios mais razoáveis na distribuição desses recursos. Este é um item que estamos aqui questionando e deparando com a Bancada Federal nessa reforma que se apresenta e que possa alterar os seus dispositivos, mas o prefeito Albino Corazza tem um tema e o Amaral, não sei se está presente e, os componentes dessa comissão de prefeitos, a ser debatida aqui. Tenho também, da parte dos Deputados estaduais, principalmente os integrantes da Comissão, alguns itens, mas gostaria que a Associação dos Municípios, aqui composta pelos Senhores Prefeitos, abordassem e apresentassem as suas reivindicações, porque alguns Deputados Federais terão que pegar o avião, e nós tínhamos que ser rápidos para que eles levem alguma coisa de positivo das ponderações dos Senhores Prefeitos.

Por enquanto Senhor Presidente eu deixaria a palavra com a Associação dos Municípios para depois apresentarmos a parte Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está com o Prefeito Albino Corazza e em seguida, o Presidente da Associação.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Srs. Deputados Federais, Prefeitos, comunidade paranaense.

Em primeiro lugar queremos agradecer por essa oportunidade que a Assembleia Legislativa nos dá de vir a esta Casa com um

grupo de Prefeitos, Presidente das micro-regiões, sob o comando do Presidente da AMP do Paraná, Prefeito de Assis Chateaubriand, de poder, nesta oportunidade trazer a esta Casa e aos Deputados Federais as dificuldades que os municípios paranaenses atravessam. Tivemos oportunidade de exercer o cargo de Prefeito, num mandato anterior, de 83 a 88, juntamente com muitos colegas e inclusive com muitos Deputados que compõem esta Casa e agora pela segunda vez, estamos exercendo o mandato de Prefeito e podemos trazer a esta Casa, à Comissão de Deputados Estaduais, Federais, um testemunho do que acontece nos municípios. Todos nós sabemos que é no município que a população cobra solução dos problemas deste País, ou problemas de saúde, educação, segurança, desemprego, todos os problemas caem na porta da Prefeitura. É a população que elege o Prefeito, os Vereadores, não quer saber se a solução é da competência do Estado ou do Governo Federal. Os Prefeitos, tanto é verdade, que vivem mais viajando para Curitiba, Brasília, a busca de soluções.

Sonhamos que a reforma tributária que se discute no Congresso Nacional, depois de tantos anos de luta, possa vir realmente trazer a solução definitiva desses problemas, que é a descentralização dos recursos e a descentralização das decisões. A preocupação de nós Prefeitos, no momento, é ouvir o Governo Federal dizendo que os Estados e os municípios não precisam se preocupar que não vão perder recursos. Entretanto, conhecendo a proposta da reforma tributária nós sabemos que se essa reforma realmente for aprovada, todos nós, os Estados e os municípios, vamos ficar mais pobres e a solução vai ficar mais distante.

Então, queremos trazer a esta Casa, aos Deputados Federais que aqui estão, a nossa preocupação e as nossas reivindicações. Aqui estamos numa comissão de Prefeitos que vão poder trazer as suas propostas e as suas cobranças. Dividimos a nossa luta em duas etapas, uma na situação emergencial que nós estamos atravessando e a outra numa luta muito importante, é da presença em Brasília para que a reforma tributária realmente possa vir descentralizar o país, porque não dá para imaginar que o Brasil via se modernizar e vai ficar um país de primeiro mundo centralizando os recursos em Brasília.

Acreditamos que os países desenvolvidos e o Brasil tem que trazer a solução para o poder local onde a população vive, onde a população pode melhor fiscalizar e onde o custo do serviço e da obra é mais barato. Queremos sim resumir e passar a palavra depois aos colegas; tudo que o município pode fazer o Estado não deve fa-

zer porque o município faz mais rápido, mais barato e pode ser mais fiscalizado; tudo que o Estado pode fazer a União não deve fazer. Com este princípio nós vamos realmente mudar o Brasil e resolver os problemas. Os problemas emergenciais que nós temos hoje, com o plano Real, sem inflação, os nossos compromissos ficaram muito mais difíceis. Com a inflação que havia antes, com a defasagem de quando se pagava o salário um mês depois do aumento, com a inflação de 50%, mudou a nossa situação. Hoje os nossos recursos não cobrem mais a folha e os débitos compulsórios que são debitados a cada mês. A nossa dívida dobrou depois do Plano Real porque os altos juros, mês a mês, aumenta a nossa dívida, se torna impagável.

Queremos sim, com os Deputados Federais que estão aqui que, independente da reforma tributária que for aprovada, a nossa luta, dos municípios do Paraná, é que um terço dos recursos federais voltem para os municípios, um terço volte para os Estados e o Governo Federal fique com um terço do bolo. Com isto nós vamos ter recursos e poderemos assumir mais funções. Esta proposta é para unir todos os Municípios do Brasil em torno desta tese. Sabemos de imediato a questão da previdência social que nós estamos pagando duas vezes, a questão do ITR que o Governo Federal não devolve já há dois anos, são questões de emergência que precisamos de apoio do Congresso Nacional para o mais breve resolver.

Com isto agradeço a oportunidade e os colegas que aqui estão vão poder se aprofundar em cima destas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Presidente da AMP, Associação dos Municípios do Paraná, Luiz Amaral.

O SR. LUIZ AMARAL - Senhor Presidente, Senhores Deputados Estaduais, Senhores Deputados Federais, Elias Abrahão, Nelson Neuler, e Basílio Vilani.

A situação dos Municípios é desesperadora, nós precisamos do apoio e da solidariedade dos Senhores Prefeitos neste momento dramático da vida dos Municípios, principalmente aqui no Estado do Paraná.

Nós constituímos essa comissão de Prefeitos, grande maioria Presidentes de Associações Regionais distribuídos de todos os cantos do Paraná para que pudessem ser levantados todos os problemas que afligem hoje as administrações Municipais.

Temos vários problemas de ordem conjuntural, de ordem institucional, problemas momentâneos.

O que nos preocupa mesmo é a situação atual dos municípios, e esta comissão tem

a incumbência de levantar esses problemas, e juntamente com esta Comissão de Deputados Estaduais e também dos Deputados Federais, nós encontraremos uma alternativa para o momento, a curto prazo, porque na sua grande maioria hoje os Municípios não têm condições de cumprir o compromisso do 13º salário, dentre outras obrigações que têm. E outros Prefeitos vão falar de outros aspectos da administração, gostaria de me limitar apenas a dizer o seguinte: o Governo do Estado que tem suas responsabilidades, também está com problema de caixa, problema de receita, a queda da arrecadação, atingiu não só o Município como o Estado; mas nós precisamos neste momento de estarmos juntos, Governo do Estado e Prefeitos.

É o que queria neste momento Senhor Presidente, é colocar que o Governo do Estado ele precisa assumir a sua parcela de responsabilidade com relação aos Municípios, quais sejam, por exemplo, com relação a Casa da Família, só no Sudoeste do Paraná, 09 (nove) Municípios estão com o Projeto Casa da Família paralisados porque há necessidade do Governo fazer um reajuste no repasse dos recursos, está repassando apenas, 2.700,00 por unidade, e nós precisamos no mínimo de mais 1.000,00 por unidade.

E a grande maioria desses projetos dos Municípios paranaenses estão paralisados.

Gostaríamos que o Governo analisasse e não nos abandonassem porque obra parada é prejuízo para a população, e há responsabilidade tanto do Município quanto do Estado porque estas casas não são doadas, elas são financiadas, e o mutuário vai pagar essas prestações para o Estado, não vai pagar para o município.

Portanto, há necessidade de que o Governo arque com a sua parte. Segundo lugar a questão do transporte escolar. Nós estamos transportando, os municípios paranaenses estão transportando um total de duzentos e sessenta e sete mil alunos diariamente, alunos de responsabilidade do Município, da Rede Pública Municipal, e de responsabilidade do Estado.

Transportamos 151.651 alunos todos os dias da rede estadual. Então, no conjunto os Municípios paranaenses estão gastando vinte e um milhões e seiscentos e trinta e dois mil todos os meses com transporte escolar, sendo que deste valor que estamos gastando 12.114 reais estamos gastando para transportar alunos da rede estadual, estamos gastando 7.355 reais mensais com alunos da rede estadual.

O que nós queríamos, o que nós estamos pedindo é que o Governo assuma conosco essa responsabilidade, não estamos pedindo favor nenhum, mas que o Governo assuma a

sua responsabilidade com os municípios, sem falarmos das pedras irregulares, aquele Projeto do DER que a seis meses não se repassa recursos e as Prefeituras estão bancando.

Então estamos aqui para pedir a compreensão dos Senhores Deputados que gestionem junto as esferas do Governo Estadual, para que juntos, possamos fechar esses Projetos e essas obras.

É isso que nós pedimos porque está recaindo nas costas do município e o município não está tendo condições de tocar e concluir essas obras.

Portanto é da minha parte o que queria, o pedido que deixaria aqui para os Senhores Deputados e demais colegas Prefeitos, tem outros pontos a serem levantados.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Estabelecido com os Senhores Prefeitos e mais os Senhores Deputados Federais e a Mesa Diretora dessa reunião, que cada um dos Senhores Parlamentares se pronunciassem, bem como, alguns mais dos Senhores Prefeitos que também têm as suas colocações.

Concedo a palavra ao Senhor Antonio Poloni Leonel, de Barracão.

O SR. ANTONIO POLONI- Cumprimentando a Mesa, os Deputados Federais e Estaduais, quero rapidamente simplificar tudo o que fizeram com que os Municípios ficassem nesta situação.

Quando assumimos as administrações municipais, a inflação marcava a verdadeira situação com que se encontravam os Municípios. No Plano Real a máscara caiu e a situação ficou como está hoje. Vou colocar aqui cinco itens Senhores Deputados Federais e Estaduais, que foram os causadores da situação em que se encontram os Municípios hoje e que é possível reverter na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa muitos desses itens através da mudança da Legislação Nacional e Estadual.

1º item: que fez os municípios ficarem nessa situação: as Municipalizações que aconteceram neste País com o repasse da responsabilidade e não do correspondente ao recurso tanto do Governo Federal quanto do Governo Estadual.

2º item: as contrapartidas de todos os convênios assinados dos Municípios com o Estado e com a União, cada vez mais as contrapartidas municipais crescem e as placas são colocadas como obras federais ou estaduais, quando na verdade são os recursos municipais que são gastos em sua maioria.

3º item: a criação de novos municípios são uma Legislação pertinente eficaz que

corresponde a realidade aonde o novo município pode assumir, assim como o empresário quando na sua empresa assume o ativo e o passivo, onde os novos Municípios assumem o ativo e não assumem o passivo, precisa ter uma legislação, aonde essa questão seja realmente definida, ou seja uma legislação favorável aos Municípios, mas que assumam o ativo e o passivo das partes dos Municípios.

4º item: que fez com que os Municípios ficassem nessa situação verdadeira e não fantasmagórica como muita gente pensa.

5º item: a obrigatoriedade, aprovada pelo Congresso Nacional onde os Prefeitos são os responsáveis e nos descontam da nossa remessa de recursos, as dívidas previdenciárias de toda a existência dos municípios.

Municípios que existem há trinta, quarenta, cinquenta anos, somos obrigados a pagar esses recursos previdenciários, obrigados, não queremos pagar, somente.

6º item: a disparidade na distribuição do ICMS e a dificuldade e a desistência na arrecadação do ICMS e do FMP, também a disparidade na distribuição, mas acima de tudo a dificuldade na arrecadação que no Congresso Nacional hoje ou o Governo Federal aprovam muitas isenções nesse país; muito subsídio é dado, novos impostos são criados, só que tudo isso quando é dado o incentivo é tirado no FMP, quando é criado um novo imposto, como este que está sendo criado agora, ele não entra na distribuição dos municípios.

Agora, onde é que vive o cidadão brasileiro? O cidadão brasileiro não vive na União, não vive no Estado, ele vive no município e é lá que ele tem os problemas e é lá no município que ele vai buscar soluções. Portanto, nenhum Prefeito está blefando na realidade da sua situação. Todos os Prefeitos deste Estado, salvo raras exceções, estão com a realidade escrita na frente. As descentralizações são ótimas, excelentes no regime democrático, mas devem vir precedidas da descentralização de recursos também e é isso o que queremos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está com o Deputado Federal Paulo Cordeiro, iniciando a rodada com os Deputados Federais que poderão ser aparteados pelos Prefeitos e Deputados.

O SR. PAULO CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados Estaduais, Deputados Federais, Prefeitos.

Tenho a impressão, pelo que estou sentindo nos últimos 30 dias principalmente, que a reforma tributária deixou de ser prioridade no Governo Federal e vou dizer por quê.

Porque o governo joga com a possibilidade da aprovação do Fundo Social de Emergência até 99 e se o Congresso Nacional aprovar o Fundo Social de Emergência, o atual governo terá a sua situação de caixa resolvida, embora não resolva o problema dos Estados e nem dos municípios.

Por isso tenho me manifestado contra o Fundo Social de Emergência porque constatei em pesquisas que fiz junto ao Ministério do Planejamento que os Municípios e os Estados têm perdido recursos porque é justamente no FPM e no FPE além de outros Fundos constitucionais onde o Fundo Social de Emergência vai buscar os recursos.

Uma parcela significativa desses Fundos que atendem as demandas dos Estados e Municípios, foram transferidos para FSE que todos sabemos, nem de Fundo, nem de Social nem de Emergência tem nenhuma relação.

O Paraná estará muito bem representado na Comissão Especial da Reforma Tributária. Temos a presença do Dep. Basílio Vilani, do Dep. Luiz Carlos Hauhy, do Renato Johnson e a minha presença nessa comissão e o que se vê, mesmo na Bancada dos outros Estados, é um compromisso muito mais forte dos parlamentares com as reivindicações e necessidades dos seus Estados e dos Municípios que representam do que com a proposta do Governo. Realmente a proposta do governo é uma proposta tímida que não atende às necessidades dos Estados e Municípios concentra a arrecadação, a criação do ICMS Nacional fundindo o ICMS com o IPI, tira recursos dos Estados e no nosso caso específico do Paraná, a Secretaria do Planejamento do Governo Jaime Lerner, já avalia essa perda em 400 milhões de dólares/ano.

Portanto, estaremos lá. Falo por mim e pelo que tenho conversado com os outros paranaenses que participam da Comissão Especial, também poderia assumir esse compromisso pela nossa Bancada, de que iremos travar uma luta em defesa, acima de tudo, dos interesses do nosso Estado.

Entre o governo e o país, nenhum parlamentar pode estar apenas do lado do governo, como entre o governo e o Estado não estaremos contra o nosso Estado e os nossos Municípios.

Acho importante a mobilização que a Assembléia Legislativa está fazendo nesse sentido, bem como a Associação dos Municípios do Paraná e todo subsídio que seja julgado importante, tanto pela Assembléia quanto pela Associação, estaremos abertos a discutir, a estudar e a dar o encaminhamento necessário.

Alerto mais uma vez que

O SR. FORTUNATO BERGAMO - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Os municípios estão preocupados com essa perda de 400 milhões-ano de ICMS, o governo está fazendo um compromisso nesse remendo de reforma, de uma compensação. Queria saber do Deputado qual o acordo da compensação para os Estados e Municípios?

O SR. PAULO CORDEIRO - O acordo não existe. Existe uma proposta do Município do Planejamento aos governadores de que os Estados que perderão com a federalização, do ICMS serão compensados numa conta de compensação. Porém ela é redutiva, ela reduz ano a ano essa compensação. E entende o Ministro do Planejamento que com a diminuição da carga tributária, a isenção para os produtos agrícolas e os insumos utilizados na agricultura, que haverá um aquecimento da economia local e regional e em poucos anos essa perda inicial seria retomada. Isso não é verdade. As perdas não serão recuperadas bem com a compensação, nem no primeiro ano que a compensação seria maior para os Estados.

O Paraná em especial, como Estado produtor de produtos primários, ele perde mais que os Estados industrializados porque a isenção vai abranger os produtos agrícolas e os insumos na agricultura. A impressão que se tem, uma vez que tramitam na Casa outros projetos de reforma tributária e que já estão apensados ao projeto do Governo, é que nós sairemos com um substitutivo muito mais abrangente e que faz mais justiça social do que a proposta do governo. Com certeza não será nem o projeto do governo aprovado e nenhum daqueles que hoje tramitam na Câmara, com aquele que a gente tem uma simpatia maior, do Deputado Luiz Roberto Ponte. Mas o substitutivo procurará eliminar essas distorções e essas perdas que os Estados teriam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Federal Padre Roque.

O SR. PADRE ROQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados Federais e Estaduais, Senhores Prefeitos.

Gostaria de nesse instante, em primeiro lugar, parabenizar a Associação Paranaense de Municípios por essa iniciativa que já estava na hora para ser iniciada. De uma pressão junto às Assembléias Legislativas dos Estados, espero que este movimento iniciado aqui comece a frutificar e a se fortalecer em outros Estados e junto às bancadas federais de cada Estado.

Quero inicialmente dizer que desde maio pelo interior do Paraná pude perceber, a olhos vistos, o que iria acontecer

- e em diversas oportunidades já me pronunciei na Câmara Federal - exatamente sobre a situação de inadimplência em que incorreriam os municípios, principalmente do Paraná, devido, em primeiro lugar, à queda dos preços agrícolas.

Acho muito pertinente o que o Senhor Prefeito de Barracão falou. Esses 5 pontos que ele elenca, são sem dúvida, importantes, para que façamos um diagnóstico correto num primeiro momento, mas quero acrescentar um sexto ponto que é exatamente a queda substancial dos preços agrícolas e até a impossibilidade de comercialização de muitos artigos primários neste Estado do Paraná que foram uma das grandes causas daquilo que agora estamos sentindo com toda a força. Quero dizer que dos 9,6 bilhões de dólares que a agricultura brasileira deixou de arrecadar neste ano inviabilizando grandes, médios e pequenos produtores rurais, o Paraná perde mais de 2 bilhões de dólares. É dinheiro que não circula, é dinheiro que simplesmente deixa de existir e é por isso que hoje estamos amargando esta dura realidade em que os Prefeitos, com muita razão reclamam porque há muito tempo eu também vinha dizendo o que hoje já escutei umas duas ou três vezes, é no município e não na Nação e nem no Estado que o cidadão nasce, vive e morre. É no município que ele vai sempre buscar as soluções imediatas de seus problemas.

Infelizmente uma das realidades que nós vivemos neste país é uma irresponsabilidade do Governo Federal, na medida em que o Governo Federal tendo acenado e no tempo de campanha do atual mandatário máximo da Nação, tem acenado que a reforma tributária e fiscal seria mais importante e absolutamente prioritária para viabilizar o funcionamento do Estado brasileiro e da Nação como um todo, não só esquece-se da reforma tributária e fiscal, mas apresenta uma proposta que além de tímida é pífia, uma proposta que é insignificante e pior de tudo que vai onerar e prejudicar em grande medida os municípios e também os Estados.

Senhores Prefeitos, Senhores Deputados Estaduais, nós do Parlamento Nacional temos uma limitação que todas V.Exas. conhecem perfeitamente, não temos a caneta na mão para resolver nada. Temos apenas a nossa voz e a nossa palavra e ao menos sabemos usar a nossa palavra qual arma a ser esgrimida a todo o momento a fim de que as necessidades da base, da base social que é o município sejam atendidas.

Podem ter certeza, na reforma tributária ora em curso, tudo o que vier em detrimento do município receberá o nosso repúdio mais manifesto e tudo aquilo que pudermos avocar aos municípios receberá o

nosso apoio, o nosso incentivo e o nosso incremento. Não tenho nenhuma ilusão, há muito tempo venho pensando que simultânea à reforma tributária e fiscal viria necessariamente a reforma administrativa e gostaria de dizer aos Senhores Prefeitos, infelizmente costumes e práticas políticas que em nada condizem com a seriedade que nós deveríamos levar as administrações também estão dificultando os municípios hoje existentes.

Creio que é necessário que os próprios Senhores Prefeitos dêem uma manifestação positiva, a fim de que a partir de um sinal de boa vontade, os Senhores tenham uma força redobrada para exigir, seja do Estado, seja da União, soluções que realmente condigam com tudo quanto V.Exas. hoje estão almejando.

Quero parabenizar mais uma vez ao Presidente da Associação e aos Senhores Prefeitos e como neste país quem não chora não mama, quem não pressiona não chega lá, continuem pressionando, continuem reclamando e tenham certeza que em nós terão advogados à altura lá no Congresso Nacional para efetivamente fazer acontecer aquilo que os senhores necessitam, almejam e merecem. Era isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Prefeito Gilberto Martins, de Cambé, por três minutos, e logo em seguida o Coordenador nosso da Bancada Federal, ilustre Deputado Basílio Vilani.

O SR. GILBERTO MARTINS - Senhor Presidente, Senhores Deputados Estaduais, Senhores Deputados Federais, companheiros Prefeitos, companheiros Secretários Municipais de Saúde e dirigentes da APASEMS que estão presentes.

Estamos realmente bastante preocupados com a situação de dificuldades que os Municípios estão vivendo, alguns pontos dessas dificuldades já foram abordados por outros companheiros Prefeitos, e a preocupação nossa é de que se busque efetivamente alternativas que possam se concretizar em resultados, se possível ainda este ano. Queria abordar especialmente desses pontos geradores de problemas dos Municípios mais dois pontos além dos que já foram abordados pelos companheiros. O primeiro deles com relação a saúde que tem sido um dos pontos onde a despesa dos Municípios tem aumentado bastante, apenas para ilustrar quero dizer aos Senhores que no setor de saúde, todo o dinheiro novo que apareceu no setor de saúde nesse período tem sido dinheiro que as Prefeituras têm investido em média as Prefeituras, antes desses dez anos investia menos de 1%, 2%, no máximo 3% do orçamento municipal na área de saú-

de. Hoje não achamos nenhuma Prefeitura que invista menos de 10%, a média está de faixa de 15 a 20% de investimento na área de saúde, ou seja, o dinheiro novo que está segurando o caos da saúde hoje no País para que ele não se torne um caos completo está sendo o dinheiro que está sendo repassado pelas Prefeituras Municipais. E este dinheiro tem que aumentar a cada ano, porque veja bem: o teto financeiro que foi definido para o SUS, o dinheiro que foi definido como teto financeiro para o Estado do Paraná foi de trinta e oito milhões; os gastos que as Prefeituras e o Estado, que todos temos relativo a essa despesa, passa de quarenta e um milhões de reais mês hoje no Estado do Paraná. Com isso houve uma deliberação do Conselho Estadual de Saúde de estabelecer um corte linear que é de mais de quinze, 15% para as despesas ambulatoriais das Prefeituras, ou seja, a que essa despesa é arcada pelas Prefeituras, ou seja, além daquilo que nós já estamos investindo, a partir deste mês nós vamos ter que arcar com mais de 15 a 17% a mais de despesa, que é uma decisão, que aí peço aos companheiros Deputados Estaduais principalmente que se fizesse um trabalho para que se visse uma forma dessa decisão ela ser revertida porque significa que vai aumentar as nossas despesas na área da saúde. Além disso queria defender aqui também que na elaboração do orçamento para o próximo ano que se ampliasse o percentual orçamentário que é destinado para a Secretaria Estadual de Saúde, de cerca de 3,5% de hoje que se fosse para pelo menos 7% que seria o dobro, mas se procurasse chegar num ideal que é defendido por nós, que é o ideal de 10% para o setor de saúde, o que daria mais recursos para a Secretaria Estadual de Saúde cobrir uma parte dessa diferença que hoje está sendo coberta exclusivamente pelos Municípios. Então, registrar isso aí e registrar também junto aos Deputados Federais que se analisasse muito bem a possibilidade de que forma que poderia dar esse apoio ao IPMF e que se visse a nível de Congresso Nacional o movimento para junto ao Ministério da Saúde também se ampliar o teto financeiro do Estado do Paraná para pelo menos 40 milhões, nós precisamos de 41 milhões por mês, que se pudesse ampliar para pelo menos 40 milhões por mês. Só concluindo rapidamente a minha intervenção e deixaria para que algum outro companheiro especificasse mais, mas também a dificuldade que nós estamos tendo com a questão da municipalização da educação que tem causado um verdadeiro caos. E quero fazer um alerta, que está marcando concurso para contratação de professores pelo Estado, porém não foi marcado concurso para Professores de 1.ª a 4.ª série, que significa

uma municipalização mais ou menos na marra para os municípios, para se ter uma idéia são 53 Professores de 1.ª a 4.ª série, significa 53 turmas, significa em torno de 1600 alunos que a partir do ano que vem teriam que ser absorvidos pela Prefeitura Municipal, e absolutamente não tenho condições de absorver isso, face as dificuldades que estamos enfrentando. Então são questões concretas não é questão de choroadeira, não é questão de reclamação, são questões bastante concretas que foram colocadas para nós.

E por último, companheiros Deputados Federais a questão, da dívida Previdenciária, vamos tentar buscar uma suspensão do pagamento mensal desse 13º que pagamos todo o mês, pelo menos até janeiro, vamos buscar o encontro de contas que já foi colocado. A questão do 13º salário, vamos tentar articular a possibilidade de um FPM extra, como já tivemos em um outro momento e que esse FPM extra serviu principalmente para as Prefeituras pequenas para praticamente resolver o problema do 13º salário. Acho que poderia o Congresso, os Deputados Federais estudar uma alternativa de se fazer mediante lei, não sei que alternativa, uma alternativa legal, que pudesse garantir esse FPM extra aos Municípios e principalmente a nível Federal fechar a questão em 1/3 dos recursos dos tributos seja qual for a reforma tributária que for aprovada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Vilani.

O SR. BASÍLIO VILANI - Sr. Presidente, Srs. Deputados Federais membros da Mesa, colegas Parlamentares, Srs. Prefeitos, imprensa aqui presente, Senhoras e Senhores.

Inicialmente desejo congratular-me com a iniciativa desse debate, debate que o Paraná tem dado exemplo. E para falar em Municipalismo, temos que comentar sobre a organização do Municipalismo no Brasil, que infelizmente é muito frágil. Vemos a indústria com uma Confederação Nacional da Indústria em Brasília defendendo os industriais; vemos a FEBRABAN defendendo o sistema financeiro. Infelizmente não temos uma Confederação que abranja as nossas associações estaduais, e o Paraná quero deixar registrado aqui na Assembléia tem dado exemplo através da nossa associação dos Municípios paranaenses, que praticamente sozinha tem conseguido conquistas na área municipalista. O que vemos dentro do Municipalismo é uma disputa política, onde o grupo que é a favor de A, monta uma Associação e o grupo que é a favor de B, monta

outra Associação, não se unem e nós ficamos como Municipalistas, bastante enfraquecidos. Mas o Paraná novamente dá o exemplo, através da Associação Paranaense dos Municípios, através da promoção desse debate junto com a Assembléia Legislativa do nosso Estado.

O assunto é bastante técnico, aliás, é somente técnico, temos que realmente aceitar, vejo alguns Deputados declararem - é mais uma vez os Prefeitos estão chorando, novamente é um choro; não, a situação é muito mais grave e agravará muito mais se não tomarmos uma providência. E temos que analisar as causas. Temos culpa sim. Temos muita culpa, primeiro pela falta de organização. Segundo, porque às vezes, os prefeitos aceitam, assumem a responsabilidade de assuntos que não estão ligados aos nossos municípios, parcerias, dificuldades de execução. Temos várias parcerias que têm essa dificuldade. É muito bonito fazer o convênio. Na hora de executar, falta recurso. Na área Federal, todos os recursos que se destinam aos municípios, a contrapartida é altíssima, chegando a 30% de contrapartida. Diria que é uma parceria de difícil execução.

Na outra causa - débitos assumidos em outros mandatos, do INSS, do FGTS, e isso está trazendo muita dificuldade. O tempo é escasso e quero dizer que a maior dificuldade é o que sempre tenho defendido quando se fala em percentual, temos 22.5 hoje do Imposto de Renda e do IPI que é a composição do Fundo de Participação dos municípios. Elevarmos isso para 30% é a solução? Não. 30% sobre o quê? Porque hoje a dificuldade maior é que estamos, quer queira quer não, num processo de recessão, aonde o Imposto de Renda e o IPI diminuíram. Podemos até taxar em 30% numa situação atual, não vamos atender.

Quero assumir um compromisso de levar o preito dos prefeitos e da Assembléia Legislativa à Bancada Federal para que possamos constituir dentro da Bancada Federal uma comissão daqueles que se interessam e gostam do assunto, que queiram participar do assunto para que possamos, com emergência, propor que se crie o 13º Fundo de Participação dos Municípios e uma trégua de 06 meses para o FGTS e o INSS. Hoje do INSS deduzem-se 9% do FPM. Se não obtivermos uma trégua de 6 meses e talvez a criação do 13º Fundo de Participação dos Municípios, que, tecnicamente acho muito complicado e difícil, constitucionalmente vai ser difícil, mas politicamente é possível. Onde há vontade política, podemos conseguir.

Quero assumir de público esse compromisso. Com referência à revisão constitucional, compete-me fazer um breve comentário.

Tenho ouvido o discurso de que não podemos perder e há compromissos do Executivo de que os municípios não perderão nada e o discurso é diferente. Precisamos ganhar. Não podemos nos contentar com o que temos hoje. Temos que avançar, porque através desse avanço poderemos nos declararmos municipalistas de verdade, porque infelizmente, na Câmara Federal tenho visto poucos Deputados Federais defendendo a atual situação.

O Sr. Cezar Silvestri - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Basílio Vilani, quando o Senhor falava em 22.5% de Imposto de Renda e 22.5% do IPI, participação que vem para os municípios do FPM, a proposta na reunião que fizemos com os prefeitos é de que fosse 1/3 de todos os tributos federais - impostos, taxas e desses novos impostos que vêm sendo criados gradativamente pelo Governo Federal. Muitas vezes se cria imposto e não é repassado nada ao município. Com relação à reforma tributária, tenho defendido uma questão e logicamente questionada pela maioria dos prefeitos e também pela maioria dos governadores, me preocupa um pouco, faço parte do Bloco Municipalista mas também do Bloco Agropecuário, aqui na Assembléia. Temos consciência se a agricultura brasileira não tiver a isenção dos impostos nos produtos agrícolas e também nos insumos, ela não tem como sobreviver. Principalmente em função da concorrência que vai ser aberta agora com relação ao MERCOSUL.

Então é um impasse que está criado: de um lado temos que defender os municípios e os Estados, mas também não podemos deixar de defender a agricultura que é base e sustentação da economia no Estado do Paraná e nos Estados do Sul do país - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O SR. BASÍLIO VILANI - Deputado Cezar Silvestri, vejo com muita dificuldade a distribuição de 1/3. Porque, infelizmente, muito pouca coisa irá ocorrer nessa reforma tributária. Os tributaristas dizem que imposto bom é aquele que já temos. O Projeto do Luiz Roberto Ponte e do Haully, busca racionalizar os impostos, diminuir de 59 para, aproximadamente, 8 impostos. Acredito que um dos problemas graves em termos de município é esse bolo do ICMS, e que 75% do bolo fica em poder do Estado, 25%, somente, vai aos municípios e aqueles pequenos municípios - todos eles são municípios voltados para a agricultura - são penalizados no critério de distribuição. E isso está gerando o quê? Está gerando que os municípios de maior porte estão criando

os bolsões da miserabilidade. Por que os Prefeitos dos pequenos municípios que tinham condições de atender com recursos, no passado, esses recursos, hoje, estão sendo canalizados para pagar as dívidas do INSS, do FGTS, PRAM. Então a dificuldade afunilou nos pequenos municípios. Então a situação é muito mais crítica nos pequenos municípios.

Agora, com referência à situação no sistema tributário, tenha certeza - V.Exa., que não vai ocorrer muita coisa assim, como se falava tanto nas leis eleitorais, está lembrado, nas reformas políticas e o que acabou ocorrendo? Nada! Na reforma tributária teremos alguns ajustes: Fundo Social de Emergência, vamos cotar a contribuição da movimentação financeira e nisso os municípios não levam vantagem nenhuma. Temos que estar atentos para esta situação, agora, de emergência. Temos que tentar salvar o doente agora para depois fazermos a cirurgia. Duvido que tenha alguma prefeitura pequena que tenha condições de pagar o décimo terceiro na atual situação.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuck) - Com a palavra o Deputado Federal Elias Abrahão.

O SR. ELIAS ABRAHÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Relamente aprendi muito com o que ouvi, nesta tarde, e quero agradecer aos Srs. Prefeitos essa oportunidade de troca de idéias.

Quero me ater especialmente a um item que sei me toca de perto e é preciso a gente esclarecer algumas coisas que interessam aos Srs. Prefeitos e aos Srs. Deputados. É o item que se chama - Municipalização.

Quero dizer, antes de mais nada, que sou de fato uma pessoa que acredita profundamente na municipalização dos processos, concordando profundamente com aquilo que foi dito, que não se pode apenas municipalizar ou prefeituralizar as obrigações. É necessário que haja também o recurso. Mas gostaria de dar duas informações que considero importantes para um resgate de memória. A maioria dos Senhores Prefeitos atualmente talvez tenham assinado comigo um segundo processo de municipalização enquanto era Secretário de Educação do Estado. Naquele momento, e é bom que os senhores saibam, havia um cálculo custo-aluno sobre o qual se repassava ao município um recurso que fixasse em dólar na época um percentual, que a partir daquele momento que nós saímos do Estado, não sei o que aconteceu no convênio com as Prefeituras.

Estou insistindo que agora que está se

pensando em reestudar o convênio com os municípios, a minha sugestão é que seja feito diferente, que não se aceite mais convênio município-Estado, mas que se estabeleça um processo legal de repasse de obrigatoriedade entre Estado e municípios. Quero dar um dado aqui importante, que eu faço questão de ressaltar, este recurso que nós fomos buscar no BIRD, que o Governo do Estado do Paraná assinou com o BIRD, no valor de 200 milhões de dólares, e posso dizer isto de cadeira, porque durante um ano e três meses, inclusive com audiência nesta Casa, ajudei a elaborar o projeto com a minha equipe, durante um ano e três meses, não assinei o convênio, quem assinou foi Olivir Gabardo. A intenção desse dinheiro do BIRD era para investir especialmente no ensino fundamental e somente com os municípios municipalizados.

É isto que tem que ser resgatado, Senhores Deputados, é isto que tem que ser resgatado, Senhores Prefeitos. O empréstimo do BIRD era para contrapartida do Estado ser repassado aos municípios recursos para aqueles municípios que já haviam feito o seu processo de municipalização.

Se isto não está acontecendo, é algo que tem que ser resgatado junto ao Governo do Estado. Isto não é nenhuma forma de denúncia, não sei o que está acontecendo...

O Sr. Altair Zampier - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento).

O que mudou da municipalização do Governo anterior para este, Deputado?

O SR. ELIAS ABRAHÃO - Gostaria de saber.

O Sr. Altair Zampier - Mas o senhor disse a mundança.

O SR. ELIAS ABRAHÃO - Não. Se houve mudança é o que eu quero saber.

O Sr. Altair Zampier - Continua a mesma...

O SR. ELIAS ABRAHÃO - Não, o que houve na verdade, é o seguinte: havia um percentual que com os municípios que fizeram a municipalização, em termos de dólar, em cima do custo aluno...

O Sr. Altair Zampier - Que nunca foi real.

O SR. ELIAS ABRAHÃO - Como?

O Sr. Altair Zampier - Em dólar.

O SR. ELIAS ABRAHÃO - O percentual era fixado em dólar porque era alto o processo inflacionário. O custo aluno naquele ano era perto de 220 dólares ano. Em cima

desse percentual que o município que não atingisse os seus 25% não receberia nada se ele gastasse menos de 25% na educação. Aquele que ultrapassasse, e eu posso dar um exemplo aqui, acho que estou com o Prefeito de Colombo, que eu já o vi aqui hoje, está lá o prefeito de Colombo, posso garantir e dizer que ele me dizia, Elias, quem está sustentando o meu município é a municipalização do ensino, porque eu repassava para ele o maior cheque que já passava no Estado, porque ele tinha a maior rede municipalizada do Estado.

Só o município de Colombo tinha de primeira a quarta perto de 27, 28 mil alunos numa pequena região. Então, ele sabia muito bem que quem salvava o município era o cheque da educação. Minto, Prefeito?

Então, estou apenas dizendo que a gente repassava dentro daquele critério dos 25%. Aquele que não atingia os seus 25% não recebia nada do Estado. Os que atingiam e ultrapassavam ou que ultrapassavam recebiam cheque compensatório no valor custo-aluno que ele recebia acima da sua possibilidade. Se isto mudou eu não sei. É isto que estou dizendo. O que vem acontecendo depois que sai da Secretaria eu não posso responder por ela. O que estou dizendo é que o dinheiro que nós fomos buscar no BIRD tinha uma finalidade, era para ser investido exclusivamente no ensino fundamental e especialmente da primeira a quarta nos municípios que fizeram a municipalização do ensino, os que não fizeram ficariam de fora de receber esse recurso. Se isso está sendo feito eu também não sei, eu acho que compete a essa Casa saber.

Gostaria de dar ainda um dado Sr. Presidente, com relação a municipalização, com relação ao Governo Federal, está em estudo no Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional do Governo Federal criando um chamado Fundo Nacional de Educação, cuja a finalidade é valorização profissional de educação. Este fundo também se fará através de Municípios que adotaram a sua rede Municipal, aqueles que não fizeram vão ter que fazer para poder receber recursos do Governo Federal. Acho que esta é a hora que os Municípios que passaram de fato uma penúria muito grande, que fizeram a municipalização do ensino, eu sei que isto onera especialmente em cima do fator transporte escolar porque ainda tivemos que ajudar a fazer uma emenda de lei nesta Casa para que fosse incluído o transporte escolar no custo aluno, e quem está aqui lembra-se disso, a emenda foi do Deputado Durval Amaral, e posso dizer apenas que esta é uma hora que os municípios deverão, para receber recursos na área da educação do Governo Federal, fazer a sua Municipalização.

Talvez seja esse o momento em que o Estado e a União deverão recompor um bocado a situação dos municípios.

O Sr. Altair Zampier - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Vossa Excelência mencionou muito bem e a gente sabe o conhecimento que Vossa Excelência tem na área de Educação, mas nós gostaríamos de fazer apenas um breve comentário até para melhorar a sua colocação sobre a municipalização da educação. Falo do meu Município, não posso generalizar porque conheço o meu Município, quando foi municipalizado nós tínhamos 37 professoras, tenho a lista aqui, pagas pelo Estado; agora nós temos sete. Nós há dez anos atrás tínhamos dois ônibus que efetuava o transporte de alunos; nós temos hoje dez veículos que transportam, sete dos quais nós fazemos 1353 quilômetros-dia, corresponde a um custo de 2,617 reais dia esse ônibus.

Vossa Excelência sabe que o custo do transporte apenas 10% estava sendo considerado como despesa de educação, em contrapartida nós nesses dois anos e meio de mandato eu estou recebendo apenas esse mês 3,850 reais pela municipalização do ensino, até hoje não tinha recebido nenhum centavo. Então, essa municipalização está muito boa no discurso, infelizmente na prática são os municípios que estão bancando, porque o grande custo dos pequenos Municípios é o transporte, se nós não tivermos transporte o professor não dá aula Sr. Deputado.

Era isso que gostaria de auxiliar com essa colocação.

O SR. ELIAS ABRAHÃO - Apenas responder uma coisa, na verdade a minha preocupação como Secretário de Educação do Estado, Sr. Prefeito era não cuidar do aspecto apenas financeiro do processo, como o senhor mencionou; a minha preocupação era cuidar do aspecto pedagógico. E era isso que eu tentava lhe dizer com muita clareza, a quem beneficia a municipalização do ensino? Com certeza ao aluno. E a nossa preocupação é essa, o Estado é uma máquina lerda, muito grande e não consegue atingir quando o professor falta, fica quinze, vinte dias fora. O Prefeito com certeza com a cobrança ajudaria. A nossa grande preocupação é a preocupação do Governo Federal em agilizar os processos para ajudar pedagogicamente a situação das escolas.

O senhor não pode me dizer que o que havia antes era excelente e agora está ruim. É verdade, nós estamos desde então tentando do processo de melhoria da condição pedagógica. Uma coisa eu concordo com o Senhor, financeiramente não está sendo

bom para o Município, se é esta a sua preocupação eu concordo com o senhor. E acho que temos que arrumar mecanismos de melhorar isso, mas não pensar que a Municipalização é algo ruim para a criança.

Então é isso que eu quero dizer, a grande preocupação do Secretário do Estado da Educação é como melhorar pedagogicamente a situação das escolas. E nós acreditamos que uma das maneiras foi trabalhar a Municipalização do Ensino pela agilidade que se dá o processo. Sei que os senhores estão sendo penalizados financeiramente, mas não é só pela educação é pela saúde, é pelo processo recessivo instalado no País, é a falta de recursos é o juro alto, tudo isso cria uma série de situações que nós já sabemos certo. Mas eu queria deixar apenas esses dois dados Prefeitos e Deputados como é que fica esse recurso lá do Bird, o que é que vai acontecer com os Municípios que fizeram Municipalização, que é o Projeto que eu ajudei a desenvolver com muita força, junto ao Banco Mundial, era exclusivamente para os Municípios Municipalizados.

Acho que é uma hora de saber como é que anda isso, se houve mudanças, é a minha pergunta. Se não houve é hora de pensar em estabelecer, não mais por convênio, mas por um Projeto de Lei a Municipalização, de modo que não haja mudança de uma hora para outra.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edson Micheletto, anunciando ainda a presença, que chega nesse instante, do Deputado Luciano Pizzato, como também comunicamos que o Deputado Nelson foi a FUNDEPAR numa reunião pré agendada; e ainda o Deputado José que tinha um compromisso com uma missão estrangeira representativa que está hoje no "Dia do Habitat" e no "Dia da Moradia", pelo qual ele se faz ausente nesse instante.

Com a palavra o ilustre Deputado.

O SR. EDSON MICHELETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos.

Queria inicialmente, parabenizar esta Casa pela iniciativa em discutir a situação dramática, pela qual passam os nossos municípios e parabenizar também a atuação da Associação dos Municípios do Paraná na defesa dos interesses dos Municípios do nosso Estado.

Gostaria de deixar aqui a discussão que nós estamos tendo hoje no Congresso Nacional sobre Reforma Tributária e Reforma Administrativa, infelizmente a Reforma Tributária proposta pelo Governo Federal não está levando a questão dos Municípios, tem como preocupação básica, a solução do

seu problema de caixa e negociando exclusivamente com os Estados, está passando ao largo da questão Municipal, centralizando recursos, em contrapartida, está descentralizando serviços essenciais do Estado, que estão hoje de responsabilidade direta do Município em especial as questões de saúde, de assistência social, de educação. Os municípios receberam responsabilidades com tarefas e não receberam em contrapartida recursos. Os Municípios tenho certeza, não tem medo e nem estão recusando assumir suas tarefas e assumir mais responsabilidades das que já tem. Mas exige a contrapartida de recursos, responsabilidades sem os devidos recursos não faz com que os Municípios possam atender devidamente a sua população.

E a Reforma Tributária não atende essa questão. A Reforma Administrativa também coloca a culpa, vamos dizer assim, no funcionalismo público. Não vai ser atacando o funcionalismo, desprestigiando o funcionalismo, que nós vamos resolver a crise dos nossos Municípios, dos Estados e da União. Mas ao contrário, valorizando o funcionalismo, abraçando a ação política que nós temos nos nossos Municípios, Estados e União, junto com o funcionalismo é que nós estaremos atendendo melhor a população. Como é que nós podemos atender, discutir reforma administrativa, reforma do Estado, reforma tributária quando no Orçamento Geral da União agora previsto para o próximo ano, nós temos o governo federal propondo-se a gastar 25 bilhões de reais só em pagamento de juros da dívida interna e externa, mantendo como disse o Ministro Pedro Mallan a atual taxa de juros com tendências até a aumentar e nós temos apenas previsto no Orçamento do próximo ano, para habitação e saneamento, 100 milhões de reais. 25 bilhões para pagamento de juros e 100, 150 milhões para habitação e saneamento em todo o país. Os municípios devem ficar atentos para mais essa responsabilidade.

A questão da habitação e saneamento em breve será jogada nas suas costas, sem a contrapartida de recursos, com a cobrança dos municípios, dos cidadãos e o estado "lavando suas mãos" da sua maior responsabilidade, a União "lavando suas mãos" e chamo a atenção dos nossos prefeitos da Associação dos Municípios: no Congresso Nacional temos o Grupo Parlamentar Municipalista, o GRUPAM, liderado pelo Deputado Gasparini que está deixando muito a desejar. Já falei isso na reunião da AMEPAR, com o prefeito Gilberto Martin que está na presidência da AMEPAR, já falei isso lá. Nós estamos vendo a atuação dos Senadores e dos Estados junto aos Senadores, está revendo, já propondo alternativas para a dívida dos Estados e não estamos vendo a

mesma coisa para os municípios. Essa desarticulação política que os municípios estão tendo dentro do Congresso Nacional, está levando com que a causa municipalista sirva apenas de banquinho, de palanque para alguns Deputados que não estão levando a sério a questão municipalista.

Participei da reunião de fundação do grupo parlamentar municipalista, fui lá entusiasmado, levei apoio e inclusive representei a bancada do PT naquela reunião, levando apoio e vejo hoje lamentavelmente, que aquele grupo está servindo apenas à projeção política individual e os municípios estão hoje acéfalos na defesa, na articulação política dentro do Congresso Nacional para defender seus interesses na reforma tributária e administrativa.

Chamo a atenção da AMP, do prefeito Amaral, das regiões articuladas aqui em nosso Estado, para que conversem com as outras associações estaduais de municípios e que articulemos um grande bloco parlamentar de defesa dos municípios não ligados a interesses partidários, não ligados a interesses pessoais, mas ligados a interesses maiores, do municipalismo e do poder local, que é dali que emana o poder real e é ali que nós atendemos diretamente aos nossos cidadãos.

Estou à disposição dos Senhores Prefeitos. Parabenizo a Assembléia Legislativa do Paraná pela iniciativa, pioneira e esperamos com a união das Assembléias Legislativas, do Parlamento Federal, darmos uma solução que atenda à altura as necessidades dos nossos municípios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o ilustre Prefeito de Pitanga, Altair José Zampieri e logo em seguida, Ovídio Balbinotti e o Deputado Luciano Pizzato.

O SR. ALTAIR JOSÉ ZAMPIERI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da AMP, Luiz Amaral, Presidente Corazza dessa Comissão de Prefeitos, demais companheiros Prefeitos.

Gostaria de fazer algumas perguntas neste instante. É justo, Srs. Deputados, pagarmos INSS, FGTS, PIS, PASEP de 20, 30 anos atrás? É justo, Srs. Deputados, bancarmos as municipalizações da saúde, da educação que foi muito bem explanada pelo Deputado, falando muito bonito mas que o município que investe 130 mil reais, tem um retorno de 26 e sempre teve e não mudou nada? É conversa e de muita conversa nós estamos cheios.

Queria parabenizar e agradecer aos Deputados municipalistas, de fato, que têm nos acompanhado nesta caminhada e nos apoiado. Agora, digo, muitas verdades pre-

cisam ser esclarecidas neste instante. Nós temos memória! E esta memória, hoje, pergunto aos Srs. Deputados: a agricultura está bem? O pequeno produtor rural está bem? O comércio, a indústria deste país? Aonde a Globo e a mídia estão colocando esta Nação? Tudo está bem neste país! Mas na porta das Prefeituras está batendo o agricultor que está no Banco do Brasil para entregar sua terra. Na porta da Prefeitura está batendo o comércio, que não tem para quem vender. Na porta da Prefeitura estão batendo as empresas quebradas e os desempregados. E está muito bonito na mídia da Globo.

Senhores, gostaria de fazer um apelo, um apelo neste instante a todos os Deputados Estaduais e Federais que aqui estão, além Srs., de apanharmos do Plano Real além de apanharmos destas dívidas antigas que herdamos, estamos apanhando de alguns políticos papagaios de piratas, igual o Roberto Requião, que teve a coragem de ir numa emissora de rádio do meu município dizer que meio Prefeito é aquele Prefeito que fecha a Prefeitura por meio período. E que Prefeito nenhum é aquele que fecha o período inteiro!

Gostaria de fazer um apelo, Srs. Deputados Municipalistas, pela dignidade do povo dos municípios que estão sofrendo, que está procurando as prefeituras e não está encontrando por falta de recursos. E a história está aí contando. Não é um, não são dois, não são três municípios que estão com meio expediente. E não é um papagaio de pirata. Porque meio prefeito é aquele que termina obra e não deixa obra para outro governo terminar, que termina mandato e tem hombridade de falar a verdade e não fazer demagogia na desgraça dos outros.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Na verdade queria dizer que o Prefeito de Pitanga, não deve vir aqui nesta reunião onde estamos tratando de uma questão relevante que é a crise financeira dos municípios, trazer aqui os problemas políticos que ele tem eventualmente, com o Senador Requião, que pelo jeito deu uma entrevista na rádio de Pitanga. Mas estamos aqui para discutir a crise econômica que assola os municípios. Peço ao Presidente que aceite essa Questão de Ordem para que os oradores se atenham ao tema específico dessa Sessão que foi convocada para discutir um tema da maior relevância para os municípios e para o Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Solicito ao Prefeito de Pitanga que se ativesse à convocação dessa reunião.

O SR. ALTAIR ZAMPIERRI - Concorde com a colocação do Deputado Romanelli. Mas somos um município do Paraná e não podemos ficar em silêncio enquanto somos pisados por alguém, que, infelizmente, devia ajudar os municípios.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Prefeitos, antes de mais nada quero pedir desculpas pelo atraso, mas por determinação da Bancada Federal, eu, o Deputado Renato Johnsson, Deputado Paulo Bernardo, do PT, estávamos em uma Comissão discutindo com a Secretaria do Planejamento as emendas que provavelmente serão prioritárias a nível de Bancada e a nível de região sul, a serem apresentadas no Orçamento da União.

Em relação ao tema desta reunião, como municipalista e também como ex-Deputado Estadual que participou de todos os debates e do sofrimento de nossos Prefeitos nesta Casa, é óbvio que precisamos aproveitar este momento político e fazer uma reforma tributária que faça com que haja uma divisão mais justa do bolo fiscal, mas principalmente faça com que os recursos que cabem aos municípios fiquem no município e não transitem pela União e por fórmulas de cálculo que não conheço alguém que efetivamente possa explicar quais são essas fórmulas de cálculo.

Vou dar um exemplo aqui, aproveitando o nosso Prefeito e amigo de Bituruna, Lauro Agostini, ele tem com o município inundado o direito de receber uma parcela de royalties e essa parcela lhe é creditada periodicamente. De um momento para o outro em pleno Plano Real, sem que haja queda na produção de energia elétrica já há alguns meses esse royalties caiu para quase metade, se não me engano. Como que isto acontece? Qual é a mágica? Como é que o dinheiro some num processo? Já não estou aqui falando da quantidade que vem, mas como que isto é calculado, o que acontece? O mesmo observamos com o FTM. Existiu até um período, acho que na última legislatura, aonde alguns Prefeitos propuseram a contratação de advogados para auditarem o cálculo do FTM. Isto também é uma incógnita fantástica porque os números são sempre difíceis de serem constatados. E observem, estamos falando de uma participação dos municípios de menos de três por cento do bolo da arrecadação feito neste país, já que quase 70% fica com a União e vinte e poucos por cento, 26, 27% fica com o Estado. Então o município que se equivaleria a nossa casa, a nossa família, a célula mater desse país, o município fica com a mi-

galha, quando é o gerador de toda a riqueza.

Neste sentido esta reforma tributária, como estava dizendo, esse momento histórico, precisa resgatar também uma melhor participação e essa discussão tem que passar por um sistema tributário simplificado que acabe com toda a burocracia, que acabe com toda a prostituição do sistema aonde somos achacados sistematicamente por fiscais, por advogados, e outros caminhos e desvios que existem no sistema, mas também precisamos de um sistema justo que deixe o recurso a nível de município.

Neste sentido, junto a todas as emendas que estão tramitando na União, acho que da proposta do Governo que é muito pequena, muito fraca, no nosso modo de entender, mas dessa proposta precisamos fazer com que o ITR não venha para o Estado, mas o ITR venha para o município, já que o município tem melhor capacidade de fiscalização e aquela propriedade está lá com o ônus direto para o município. Isto é algo que devemos fazer rapidamente e acho factível e acredito que a bancada federal tem como defender e conseguir a opinião favorável da maioria das outras Bancadas do País. Precisamos fazer com que os impostos deixem de ser declaratórios e passem a ser agregados, como é o exemplo do imposto de valor agregado e outras idéias que estão circulando como a Proposta Pontes, ou mesmo a proposta do Deputado Luiz Carlos Haully. E que este valor agregado seja creditado automaticamente na conta do Município e o valor agregado seja depositado automaticamente na conta do Estado e a parcela que cabe para a União diretamente na conta da União.

E precisamos também desonerar quem dá emprego, e aí incluo as Prefeituras. Para os senhores terem uma idéia no resumo que o Ministro Jatene distribuiu aos Deputados Federais, do orçamento da União, excluindo a dívida dos 101, ou 102 bilhões de reais previstos para o próximo ano, e tem mais 186 de dívida, então isso quase chega a 300 bilhões de reais, mas desses 101, 102 bilhões de reais, 40 e poucos bilhões são impostos, fruto de arrecadação de impostos, e 60 bilhões foram fruto de contribuição. Dessas contribuições o CONFINS que representa 2% do faturamento das empresas arrecadará, ou arrecada em torno de 14 bilhões de reais, já o imposto de renda das pessoas jurídicas arrecadará 5 bilhões. Então, ninguém paga imposto neste país, pagamos contribuições. A contribuição dos trabalhadores e do empregador ficará na ordem de 22 bilhões de reais, ou seja, quem gera emprego, quem emprega, a Prefeitura, empresa, etc., em cima da sua taxa de INSS, FINSOCIAL, etc., pagará em termos de contribuição 22 bilhões de reais,

enquanto que as empresas que invés de gerarem mão de obra, geram grandes capitais, como bancos, ou grandes produtoras de capitais, estão pagando apenas 5 bilhões de reais de imposto de renda e mais 14 bilhões de contribuição do CONFINS. Essa ordem econômica também precisa ser alterada, mesmo que não represente Sr. Presidente diretamente a arrecadação para o Município, mas vai representar diminuição de ônus para os municípios, porque no momento em que não houver mais taxaço sobre o trabalho, sobre a folha de pagamento, além de resolvermos uma série de questões de marginalização da mão de obra, estaremos desonerando as Prefeituras do pagamento do INSS e de outras contribuições que só geram problemas, e que representam hoje, como já falei, 22 bilhões de reais. Então, essa visão é a visão que acredito que seja de todos nós, e que esperamos consolidar. O trabalho Sr. Presidente é difícil, infelizmente as forças reacionárias são muito grandes, mas tenho certeza que a gente irá conseguir modificações nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, não ia me pronunciar aqui mas achei importante para que os Prefeitos tenham conhecimento também de alguns números que o próprio Governo do Estado tem. Quero dizer a todos os Prefeitos que estão aqui que é também uma preocupação do Governador Jaime Lerner, o Governador Jaime Lerner está preocupado com esta situação porque isso tem atingido em cheio a questão do Estado. E nada melhor do que esta reunião, quero cumprimentar o Deputado Geraldo Cartário pela brilhante idéia de fazer esse debate hoje aqui porque tenho certeza absoluta que isto vai abrir um espaço para que os Deputados Federais, Estaduais e até os Prefeitos tenham na verdade um conhecimento melhor de toda essa situação. A gente que corre o interior do Estado do Paraná sente a aflição dos Senhores Prefeitos.

Precisamos mais do que nunca nesse momento em que falam da Reforma Tributária, precisamos e já fiz aqui da preocupação que tenho, de outro dia ter visto o Ministro Jobim, quando veio ao Paraná ele colocou da seguinte forma: que o Paraná vai receber uma recompensa ou melhor dizendo, um ganho temporário por esta receita que ele vai perder. Mas que esta compensação, durará alguns anos, um, dois ou três anos, e que depois a própria economia do Estado vai recuperar automaticamente. Ora, Srs. Deputados Federais, esta compensação temporária de vir querer justificar a nós paranaenses de que a economia vai crescer e que aí não precisa mais da compensação é uma coisa que nos não podemos aceitar.

Porque é que não podemos aceitar, se a economia do Estado cresce é devido ao esforço do nosso povo, e temos que ter o fruto deste aumento da nossa economia, do crescimento da nossa economia. Agora, quer dizer porque a nossa economia vai crescer, vamos receber essa compensação temporária. Acho que isto é uma das preocupações e quando o Ministro Jobim colocou isto na imprensa do Paraná, me deixou preocupado. Ouvi alguns Prefeitos e não quero ser aqui antipático aos Prefeitos procurando fazer críticas, mas temos que colocar alguns números aos Senhores Prefeitos. Sobre a questão de dois programas do Governo anterior que são as pedras irregulares que é um programa de abrangência social, que realmente é um bom programa, sobre a questão das casas. Tenho aqui alguns números para que os Senhores entendam a dificuldade do próprio Governo do Estado. O Governo do Estado quando assumiu, assumiu com 255 conjuntos contratados com convênios assinados; 21.655 unidades.

Para os Senhores terem uma idéia, 83 conjuntos desses 255 conjuntos estavam paralisados. Sete mil casas estavam paralisadas no Paraná.

Terceiro item: Tinham 35 conjuntos paralisados já a mais de dois anos, quer dizer atinge a administração do Deputado Romanelli, aí é que talvez possa ter uma explicação do Deputado Romanelli, 35 conjuntos paralisados a mais de dois anos. Somente tinha 35 conjuntos no Paraná dos 255 com medidas pagas e com o seu cronograma correto.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. WALDIR ROSSONI - Se o Sr. Presidente permitir, estou colocando os números do Governo que Vossa Excelência pode constatar, porque nós nos sentimos na obrigação de dar uma explicação aos Senhores Prefeitos, que eles estão colocando aqui uma posição corretíssima, eles têm que reclamar para sabermos da situação.

Só para os Senhores terem uma idéia, 24 conjuntos no Paraná foram assinados nos últimos meses de Governo mais de 4 mil casas e somente foi feito o convênio, assinado o convênio e nem foi iniciado. Ora, porque assinar convênio no mês de dezembro ou no mês de novembro e deixar 4 mil casas, se nós não tínhamos concluído os 255 conjuntos que tinham sido iniciados? Outra questão: o prazo médio da construção desses conjuntos habitacionais teriam que ser em 12 meses, mas houve, desde a época do Governo anterior, atraso no prazo médio. Efetivamente o prazo médio dos conjuntos construídos foram de 30 meses.

Quer dizer, o atraso já vem há muito

tempo. Nesse governo já foram concluídos 70 conjuntos que diz o número, de 5.100 casas. O que eu quero dizer com isso, Senhores Prefeitos, é que temos duas justificativas a Vossas Excelências aqui. Primeiro: o número excessivo de convênios assinados no último momento para que o governo viesse a cumprir. O número excessivo...

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Respeito muito o Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - E eu também respeito o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Mas acho que ele não respeita a inteligência dos Srs. Deputados e a dos Srs. Prefeitos que estão aqui, que são Presidentes de micro e outros Prefeitos que não são Presidentes de micro, mas que estão aqui. Ora, ele está querendo, me desculpe, vou usar um termo, eu que sou um "jacu" do interior, ele está querendo "ensinar o caboclo a carpir". Ora, os Prefeitos que estão aqui, Deputado Rossoni, conhecem os números muito melhor que o Senhor.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, gostaria que o Senhor me assegurasse a palavra e depois desse espaço ao Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo um minuto para Vossa Excelência terminar a sua locução. Logo em seguida, concedo a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, gostaria de concluir o que eu estou falando, porque acredito que se não é importante ao Deputado Romanelli, com todo respeito que tenho a ele como Deputado combativo, mas pelo respeito aos Prefeitos que estão aqui.

Os Prefeitos têm que saber que as dificuldades que estamos enfrentando na questão da habitação e desse atraso que está existindo, é por duas circunstâncias: pela facilidade de se assinar convênios no governo anterior. Se fazia a festa e se esquecia de dar o dinheiro. Segundo: pelas dificuldades econômicas que os Senhores e o Governo estão enfrentando.

Tenho aqui e gostaria de usar o horário do nosso líder do Governo, Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No final, na outra inscrição.

O SR. VALDIR ROSSONI - Gostaria de dar aqui as explicações do governo, que

são muito importantes para que os Senhores Prefeitos tivessem conhecimento da questão desse programa de pedras irregulares que eu reconheço...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tem um minuto para encerrar a sua locução.

O SR. VALDIR ROSSONI - Abro mão do meu minuto, Sr. Presidente, porque não entendo dessa forma, se não posso aqui mostrar aos Prefeitos, os números do Governo!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência pode mostrar os números em um minuto.

O SR. VALDIR ROSSONI - Em um minuto? Então eu vou aqui dizer aos Srs. Prefeitos.

Srs. Prefeitos: só de pedras irregulares, tinham assinado 80 milhões de dólares em pedras irregulares. Sabem quanto foi o último orçamento da Secretaria de Transportes do Governo Requião? 140 milhões de dólares. Quer dizer: e o restante da manutenção da malha estadual, como é que fica? Eu teria aqui muitos números a relatar aos Senhores, porque seria importante, mas como o nosso Presidente está com bastante pressa, eu abro mão porque tenho que respeitar a vontade de Vossa Excelência, apesar de não concordar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não cabe a Deputado algum, discutir posições da Mesa, muito mais em reuniões extraordinárias. Queria alertar ao ilustre Deputado Rossoni, que o tempo estabelecido neste horário é pré-estabelecido aqui pela Mesa e pela reunião. O tempo de Liderança não existe nesta reunião. Existem inscrições que são limitadas e todos os oradores até este instante se ativeram ao tempo destinado a cada um deles.

Com a palavra, o Deputado Luiz Romanelli.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria de dizer a Vossa Excelência que por três oportunidades, quando eu estava falando naquela tribuna, fui interrompido, por que o relógio lá em cima, não marcou a hora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Marcamos e até houve a tolerância da Mesa por mais três minutos, ilustre companheiro.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Sr. Presi-

dente.

Na verdade queria dizer que estou frustrado em relação à postura do Deputado Valdir Rossoni porque viemos aqui, com um objetivo dessa reunião, embora acho que estamos progredindo muito nessa discussão. Claro, tenho o maior interesse para que possamos discutir os Programas, como o "Casa da Família", para que possamos encontrar caminhos, os novos caminhos para que se possa concluir o Programa "Casa da Família".

Agora, queria retornar àquela Questão de Ordem anterior aqui e prometo na semana que vem e se o Deputado Algaci Túlio concordar, vamos trazer aqui como convidado o Secretário Rafael Delly para discutir os problemas da "Casa da Família", convidar os Prefeitos e discutirmos especificamente sobre isso.

Agora queria que Vossa Excelência retornasse ao objeto dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedemos à palavra ao Prefeito de Londrina Luiz Eduardo Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos.

Em primeiro lugar queria enaltecer a convocação desta reunião por parte da Assembléia Legislativa e dizer que a minha intervenção é no sentido de deixar registrado na Casa, de que a problemática da dificuldade pelas quais passam os municípios não se atém, apenas, aos pequenos municípios do Paraná.

Londrina uma cidade de quase meio milhão de habitantes que nos últimos dois anos e meio duplicou a sua receita, passando de 44 milhões de dólares, fechando este ano em mais de 100 milhões de dólares. No entanto as dificuldades que encontramos, apesar desta ampliação da receita, são dificuldades exatamente iguais às dificuldades que os prefeitos de todos os municípios do Paraná têm enfrentado.

No meu entendimento, a Associação dos Municípios do Paraná vem trabalhando em uma agenda mínima de forma, também informal com a Assembléia Legislativa, e acredito que é isso que nós devamos encaminhar. Não acredito que a discussão do passado ou o que quer que seja que nos faça um diagnóstico dessa situação, resolva a problemática enfrentada pelos prefeitos que é muito concreta e muito objetiva e tem prazo para ser resolvido. Não apenas no limite dos nossos mandatos mas, principalmente, quando se avizinha o final do ano todos os prefeitos têm as suas obrigações trabalhistas e as suas obrigações de despesas fixas, principalmente pela folha de pagamento aí bem colocado e com prazo para ser equacionada.

Nesse sentido gostaria de deixar registrado, aqui, que as dificuldades que uma cidade do porte de Londrina tem enfrentado, também, são semelhantes aos municípios. Estamos somados nesta luta para a resolução destes problemas e faço aqui um apelo que já foi feito, mas gostaria de reiterar, de que o Governo do Estado que está mais próximo de nós no Paraná do que o próprio Governo Federal, assuma as suas responsabilidades no que tange a transferência de recursos. Em recursos já previstos, em situações já contratadas, em convênios, em investimentos naturalmente já equacionados ou já previstos, para que nós tenhamos a oportunidade de fazermos com que a máquina administrativa não pare totalmente.

Hoje a grande maioria dos prefeitos, salvo raras exceções, estão com dificuldades inclusive de tocarem simplesmente a máquina administrativa. Investimentos com recursos próprios são praticamente impossíveis de serem feitos.

Gostaria de dizer isto e dizer que no meu entendimento a resolução de forma cabal desta problemática não é uma coisa rápida de ser feita. Acredito que a reforma tributária que devemos buscar é uma reforma que privilegie os municípios na descentralização de recursos para que nós tenhamos condições de retomar os investimentos em nossos municípios. Infelizmente não é esta a visão que vejo por parte do Governo Federal, mas é isto naturalmente que nós temos que buscar de forma política, de forma unida, não apenas nos 371 municípios do Paraná, mas as nossas Casas Legislativas Municipais e Estadual para que consigamos dentro do Paraná talvez darmos uma contribuição maior ao nosso Estado mesmo e a todo o nosso país.

O Sr. Altair Zampier - Prefeito, poderia me dar, responder uma questão, o Senhor como Prefeito de Londrina, qual o reflexo que o senhor sente no seu município pelo "Plano Real" e qual o reflexo que o senhor deduz que o Estado, não do Paraná, mas todos os Estados da União, sentem devido ao "Plano Real"?

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA - Apenas de forma resumida, acho que as dificuldades econômicas cobradas pelo próprio setor produtivo, elas têm feito com que as nossas receitas tenham se reduzido drasticamente, não apenas os repasses como o FPM e o próprio ICMS, mas também receitas locais como o ITBI. Temos em Londrina perdido nos últimos cinco meses dois milhões e quinhentos mil dólares, uma média de meio milhão de dólares por mês de receitas transferidas ou impostos, como o ITBI, o

Inter Vivos, que está praticamente congelado na cidade na medida em que as negociações não têm sido feitas, as vendas estão paralisadas.

Então, acho que isto é um reflexo direto do Plano que acaba por nos deixar em má situação. Por outro lado é claro que o Orçamento projetado ele levava em conta uma receita em termos de aplicações financeiras que hoje não existe. Portanto, a expectativa do Orçamento das nossas cidades ela ficou muito abaixo das realizações. Talvez até da forma de entendimento da população isto seja muito difícil porque toda vez que o Orçamento vai à Câmara Municipal, cria-se uma expectativa de investimentos, de obras e de outros serviços ampliados, coisa que nos dificulta neste momento. Todavia, é o preço que estamos pagando se a estabilização da economia, com retomada dos investimentos nas áreas produtivas, e nas áreas sociais for verificado, não há dúvida que a gente entende e a gente é claro que dá a nossa contribuição. Todavia nós temos, por isso que pedi a palavra dizendo que os nossos problemas são concretos e que os resultados são de curto prazo, com prazo para serem concluídos.

Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Senhor Toti Colaço, anunciando a todos os Senhores Prefeitos e Presidente de Microrregião, que o Senhor Secretário, Cassio Taniguchi, fará uma reunião, logo em seguida a esta Sessão Extraordinária, com todos os Senhores Prefeitos, Lideranças e também sendo convidados os Deputados Estaduais.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados Estaduais, Federais, Senhores Prefeitos.

Queria neste instante dizer de que valeu a pena esta idéia, esta iniciativa da Comissão Especial, de trazer para a Assembleia Legislativa este debate, com os Deputados Federais, com a representação dos Prefeitos municipais nessa segunda-feira. Foi muito importante a presença dos prefeitos, os desabafos, as colocações, e também a presença dos nossos Deputados Federais.

Por isso, Senhor Presidente gostaria até de fazer uma sugestão, à Mesa Diretora, Deputado Zuk, Deputado Anibal Khury, enfim, os Senhores que dirigem os destinos da Casa, os trabalhos, de que nós pudessemos oficializar através da Mesa Diretiva, a nossa Bancada Federal para que toda a semana na segunda-feira, o Deputado Basílio Vilani pudesse designar uma Comissão de dois ou três Deputados Federais, para

que na segunda-feira debater conosco e contar o andamento da reforma tributária, previdenciária, o que está acontecendo no Congresso Nacional. Deputado Basílio Vilani Vossa Excelência coordena a Bancada Federal em Brasília, e a presença de dois ou três Deputados Federais toda segunda-feira aqui nós manteremos uma corrente elétrica, uma chama permanente, com os deputados, estaduais, com os Prefeitos e com a Bancada Federal. Esta é a sugestão que quero fazer a Mesa diretora, mas que seja feito através de um ofício e que seja discutido a nível de Bancada Federal.

Rapidamente, já foi dito tudo a respeito da situação dos Municípios, quero ratificar aos Senhores Deputados Federais que conhecem a realidade, as dificuldades dos Prefeitos, mas confirmar a situação que se encontram os Municípios é realmente estarrecedora. Sei que há depoimentos de Prefeitos aqui que muitas vezes até choca a todos nós, mas é verdade, é a dura realidade que os Municípios vivem hoje, é a escassez de recursos mesmo, é a carga de serviço que se coloca a cada mês que passa, a cada ano que passa, a cada ano que passa em cima dos prefeitos, das Prefeituras, e a coisa vai se arrastar, vai se tornar extremamente difícil.

Me parece que estávamos acostumados há alguns tempos atrás até com a ciranda financeira aonde até facilitava a vida dos Municípios, dos Estados e até do particular. Se hoje a agricultura está semi-falida, a indústria madeireira está numa situação de penúria, estão demitindo semanalmente, em todas as cidades nossas há demissões no setor de indústria madeireira, nós vemos o comércio nosso passando por uma dificuldade extrema, são portas que estão se fechando por aí. É claro que o Estado também sofre essa dificuldade financeira, é verdade e é claro que os Municípios também sofrem essa dificuldade financeira.

No passado as cirandas financeiras, as aplicações dos recursos no setor de rendimentos dava para que o Prefeito pagasse durante dez, ou quinze dias, até utilizasse os juros das aplicações, até dava para tocar; hoje não existe mais isso. Então, os projetos não tem realmente da onde sacar o dinheiro, a não ser do fundo de participação, do ICMS e de algumas esporádicas verbas que vêm do Governo Federal.

O SR. PREFEITO - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Gostaria de aproveitar a oportunidade já que o Deputado Toti tem nos auxiliado tanto nessa, ajudar os Prefeitos para colocar as dificuldades, e aproveitar para ajudá-los só num número que nós estávamos

comentando com o nosso Presidente Luiz Amaral, por exemplo a questão do INSS e do FGTS, o Deputado Basílio Vilani expôs muito bem aqui hoje os Municípios, é retido 9% do FPM para pagamento do INSS, mais 3% é retido do FGTS e mais um outro tanto, que seria 12%, é para pagamento do normal que nós temos hoje. Então, isso já seria 24% da arrecadação do FPM que os Municípios, que é retido dos Municípios, isso para considerar que 70% dos Municípios recolhem este tributo.

Então, é um indicador, até para nos auxiliar, principalmente o Deputado Basílio Vilani que é o Coordenador da Bancada Federal, para ter argumentos para defender os Municípios que estão passando por essa situação de, apesar do Deputado Cartário não concordar, de falência.

O SR. TOTI COLAÇO - Apenas para concluir

Senhor Presidente e parabenizar por esta emenda que está no Congresso que 100% do INCRA permaneça para os Municípios, é muito importante isso aí, e deixar para os Deputados Federais, naquilo que nós semanalmente temos colocado aqui, nós de um modo geral, quase que todos os Senhores Deputados, quando se fala na imprensa nacional, Senhores Deputados Federais, se vê os Governadores sentando junto com o Governo Federal, Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, discutindo os problemas dos Estados, mas não há Senhores Deputados uma audiência clara com os Prefeitos do nosso País para discutir os problemas municipalistas, nem a imprensa sequer dá um espaço para que os Prefeitos possam realmente colocar a nível Nacional, os Estados estão tendo essa oportunidade, os Governadores estão tendo essa oportunidade de sentar com o Presidente da República e muita gente senta lá com o Presidente da República até o Vicentin que representa a CUT do Estado de São Paulo, mas os Prefeitos não estão conseguindo sentar com o Presidente da República. Fiz aqui apenas esse alerta que vai no peito, na alma e no coração dos Prefeitos do Estado do Paraná.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos a outro orador, queria comunicar aos Deputados, as lideranças e aos Prefeitos que o nosso Presidente esteve hoje com S.Exa. o Presidente da República em reunião justamente nesses assuntos que hoje aqui nesse instante estão sendo debatidos, o qual trará a nós de viva voz realmente oficial do Governo dessa Nação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados Federais, Senhores Depu-

tados Estaduais, Secretários de Estado, Prefeitos, autoridades aqui presentes. Não foi hoje que conversamos com o Presidente, conversamos com o Presidente em Brasília, 25 Presidentes de Assembléias, num almoço informal, Deputado Basílio Vilani, Deputado Paulo Cordeiro, e saí desanimado.

Todos os Presidentes de Assembléias, saíram desanimados. O Presidente tem a visão distorcida do problema da Reforma Tributária. Ele disse categoricamente o seguinte - e os meus colegas Presidentes das Assembléias são testemunhas.

O Brasil está na seguinte situação: os Municípios estão ricos, os Estados remediados e a Nação pobre. Desse jeito, Deputado Vilani, Deputado Paulo Cordeiro vai ser uma batalha dura no Congresso Nacional, para fazer com que o Presidente da República reforme a sua concepção da Reforma Tributária. Acho que as palavras dele foram categóricas e nós os Presidentes de Assembléia, num almoço informal, onde só tinha o Chefe do Cerimonial, ele defendeu a Reforma Tributária para a União alegando que os Municípios estão ricos, os Estados remediados e a Nação pobre. Desse jeito não é possível.

Então a batalha que espera Vossa Excelência no Congresso Nacional, principalmente a representação do Paraná, que é um Estado de economia primária, agrícola e será sem dúvida alguma o Estado mais atingido se a Reforma Tributária for feita nos termos em que se encontra.

Por isso só queria dar esse alerta para mostrar aos Senhores que a batalha vai ser árdua e não sei se nós teremos êxito.

Mas esse é o pensamento do Presidente da República, Municípios ricos, Estados remediados e Nação pobre.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra Pela Ordem, ao Senhor Deputado Basílio Vilani.

O SR. BASÍLIO VILANI (Pela Ordem) - Quando fazemos a proposta no sentido de algo emergencial, só para que Vossa Excelência tome conhecimento temos já lido no Congresso Nacional e encontra-se na Comissão Mista de Orçamento um PL famoso, fala-se em PL 32 um Jumbão onde fomos surpreendidos, o Ministério do Planejamento pegou todos os recursos que nós destinamos com muito sacrifício aos nossos Municípios através de Emendas de Parlamentares e que eles denominam de emendas Paroquiais e o Ministro do Planejamento vetou todas as emendas.

Se houve veto, esse veto deveria ser votado no Congresso Nacional e fomos surpreendidos com um projeto de Lei, o PL 32, antes de ser votado o veto no Congresso

Nacional, destinando esses recursos que eram recursos que nós tínhamos encaminhado aos Municípios, através do PL 32, endereçado à União.

Então pergunto: se o Governo pode fazer um PL usando esses recursos, por que é que não pode fazer um projeto de lei de crédito suplementar para atender as necessidades emergenciais dos Municípios?

Pode sim. Agora, há uma necessidade de vontade política. Por exemplo, quando for votar no Congresso Nacional o PL 32, tenho absoluta certeza que farei um pronunciamento dizendo que esses recursos deveriam ser destinados aos municípios, para que nós possamos, através de um trabalho muito mal articulado na Câmara, e o Deputado Nelson tem absoluta razão.

Endosso as palavras do Nedson: nós estamos, no sentido municipalista, muito mal articulados, muito mal estruturados e por isso é que nós somos surpreendidos, nós que no nosso trabalho municipalista, contamos com os nossos assessores de gabinetes.

Não temos uma estrutura, inclusive para nos dar esse suporte e aí é a guerra do ano contra o gigante. Nós nos consideramos ano. Então tenho essa mesma sensibilidade.

Agora, há uma necessidade de que os demais Estados sigam o exemplo que o Paraná deu.

Todas as conquistas na área municipalista, e o Luiz Amaral é testemunha, sempre iniciaram-se no Paraná. Infelizmente depois a gente fica recebendo uma série de telegramas de Sergipe, Maranhão, cumprimentando e tal, mas está totalmente desestruturado.

Então se não fizermos uma pressão muito grande junto ao Executivo, o senhor tem absoluta razão, não conseguiremos absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Faremos uma reunião, nos dias 4 e 5, com os Presidentes das Assembléias do Rio Grande, do Mato Grosso, Santa Catarina e do Paraná, aqui em Curitiba, porque houve uma reação muito grande desses Presidentes de Assembléia, com as palavras do Presidente da República e o Paraná sentimos que é um Estado certinho.

Tivemos bons governadores e agora estamos ameaçados. O Estado mais castigado, afirmo aos Senhores, será o Paraná e o Governador Jaime Lerner tentou uma reação na reunião dos Governadores, mas foi abafado pela quase unanimidade dos governadores, principalmente no Nordeste. Mas a luta é dura, repito. É árdua e nós vamos ter que trabalhar muito e ter a união de todos os paranaenses como nós tivemos quando pretendeu-se amputar o Estado do Paraná.

Convido os Deputados Federais a participarem da reunião dos dias 4 e 5, quando teremos os Presidentes de Assembléias.

Isso vale dizer, que nós temos que guerrear. O Presidente tem uma visão totalmente distorcida, totalmente distorcida.

Ele não sabe que os municípios estão aí capengando, o Estado também e ele acha que só o Brasil, só a Nação é que está pobre. Por isso vamos à luta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anunciamos ao Plenário que logo após, teremos a reunião com o Senhor Secretário, tendo dois Senhores Prefeitos inscritos e um Senhor Deputado Estadual, Senhor José Maria Ferreira.

Com a palavra o Deputado Paulo Cordeiro.

O SR. PAULO CORDEIRO - Senhor Presidente.

Gostaria de aproveitar a oportunidade dessa reunião com os Presidentes de Assembléias Legislativas e repetir o que eu disse no início, no meu pronunciamento: o Governo deixou de ter como prioridade a reforma tributária, tanto é que a reforma a ser aprovada ela vai passar a vigorar somente em 99 quando já terá sido extinto, o atual mandato tanto de Presidente da República, quanto de governadores.

Isso porque o Governo entende que vai conseguir resolver os seus problemas aprovando o Fundo Social de Emergência.

Portanto, se quisermos uma reforma tributária que venha trazer mais justiça fiscal ao nosso País, diminuindo a carga dos nossos produtos que hoje não são competitivos - que penaliza os Estados e os Municípios e centraliza mais ainda a arrecadação da União.

Teremos que trabalhar antes para rejeitarmos a proposta de prorrogação do Fundo Social de Emergência. Tenho batallado por isso e acho que nós vamos fazer reforma tributária sim, mas, antes, temos que derrotar a prorrogação do Fundo Social de Emergência.

Se o Senhor puder levar esta proposta aos Presidentes de Assembléias para que sugestione junto às suas Bancadas Federais, temos certeza que vamos abrir espaço para uma verdadeira reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e concordado com o Prefeito de Lobato Fortunato Bergamo.

O SR. FORTUNATO BERGAMO - Cumprimentamos à Mesa, aos Senhores Deputados Estaduais e Federais e parabênizo a Assembléia Legislativa em especial por esta reunião de trabalho.

Concordo com que o Senhor Presidente

da Assembléia, concordo com o Deputado Basílio Vilani. A apatia do Governo Federal aos problemas municipais. A articulação dos municípios e eu entendo, até, a desarticulação dos Estados.

Me preocupo mais relembando o passado, entendo que algumas vitórias e algumas conquistas se conseguiu com pequenos remendos para a causa municipalista. Causa essa que relembro aos Deputados e aos Prefeitos que não deve ter cor partidária, que não se deve embutir nela questões políticas. E é isso que vejo sempre na causa municipalista. Deputado Basílio Vilani na época tivemos um projeto de 3% do FPM para reter as dívidas do município em nome do INSS: 3% do FGTS e 9% do INSS. Foi conquista da Bancada do Paraná articulada por uma emenda do Deputado Basílio Vilani e Luiz Carlos Hauly. E encaminhada para um debate do qual participamos e oferecemos dados.

Assim preocupa a situação dos municípios. É importante essa união. Agradecemos aos Deputados. Tem hora que dá desânimo com o que o Presidente falou, mas, por outro lado, nós nos sentimos animados por termos, nesta Casa, a ressonância de todos os assuntos aqui tratados. E buscamos, todos, a solução para essa crise.

O diagnóstico nós já sabemos. Soluções curtas nós sugerimos. Queria alencar apenas duas: uma a compensação. Eu acredito que essa questão desse remendo tributário vai acontecer no Congresso Nacional pelo que estou acompanhando. E essa compensação que o Estado precisa, precisa os municípios, principalmente do Paraná.

Porque se não no ano que vem como ficamos nós? Porque com a aprovação este ano que vem vai diminuir a nossa receita.

Outro item, o ITR. Para que o ITR nas mãos da União? Estão querendo negociar o ITR nessa compensação para os Estados.

Se é para os Estados que venha com 50% para os municípios e que seja bem cobrado, não seja igual hoje que o dinheiro do ITR para a CONTAG, e o ITR em si é valor insignificante no valor lançado pela Receita Federal.

Terceiro assunto, peço escusas à Casa, inclusive aos Deputados que pensam de forma diferente, nós temos alertado quanto a questão de criação de municípios.

Não queremos com isto denegrir a imagem da Assembléia Legislativa, porque enquanto vigorar a lei atual de distribuição de FPM estão prejudicando os municípios que permanecem, porque só a título de exemplo, se de Marilândia do Sul desmembrar Mauá da Serra que todo mundo conhece, não se descontou a população de Marilândia do Sul e quem está pagando a conta é Lobato, Londrina, Maringá que não teve município desmembrado. Agravado a isto aí nós

temos que lembrar que a população do Paraná, num índice de projeção de 80 para 90, houve uma queda de 7% em relação ao crescimento dos outros Estados.

Isto fez com que caísse a Receita do FPM a partir de 1993, para o Estado do Paraná.

Então, estes assuntos que peço para a Casa Legislativa e a Bancada Federal para nos unirmos e encontrarmos a solução.

Se pontos polêmicos encontramos, vamos achar medidas mediadoras para que não abale mais ainda o futuro dos nossos municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Prefeito de Carlópolis, Isak Tavares da Silva.

O SR. ISAK TAVARES DA SILVA - Boa tarde, quero cumprimentar a Mesa, Deputados Federais, Estaduais, meus colegas Prefeitos.

Da questão da crise dos municípios muito pouco resta para dizer, já muito se debateu na reunião com os Deputados Estaduais, os quais parabeno pelo apoio que vêm dando aos municípios do Paraná e também solicitar esse apoio coeso de todos os Deputados Federais, Basílio Vilani, porque cada dia que passa estamos tendo a conta aumentada, porque o dinheiro está diminuindo para os municípios e municípios pequenos fundamentalmente cada vez menos recurso têm porque eles menos empregos estão gerando, menos impostos arrecadando e menos participação estão recebendo.

Queria pedir então que fossem reforçados esses pontos, esses itens que foram levantados junto com a Assembléia Legislativa do Paraná e fazer um apelo ao Governo Federal que já que temos uma décima terceira conta para pagar, nós temos que pagar toda aquela conta do INSS, o FGTS e todos os outros e atual previdência municipal também, então, que pelo menos tivéssemos também um 13º do FPM para os municípios reforçando esse repasse, enquanto a reforma não vem. Queremos um terço da arrecadação, que seja 33% e não o terço para rezer praticamente como o Presidente nos disse, dizendo que os municípios estão ricos, então ele está nos mandando pegar o terço para rezer, porque estamos apanhando, como disse o companheiro Prefeito, de todos os lados, e vamos começar a apanhar dos miseráveis dos nossos municípios, porque agora também fomos excluídos do tal programa comunitário de solidariedade. Estamos fora do apoio ao transporte escolar. Não temos ajuda mais em nada.

Então, daqui a pouco estamos excluídos de tudo. O Prefeito vai começar a apanhar na porta da Prefeitura, porque não tem co-

mo atender as necessidades dos pobres, porque todos os municípios do Paraná têm pobres. Não adianta jogar tudo em dois ou três municípios, em 14 como é o caso do Paraná, porque todos temos os nossos miseráveis que estão passando fome e estão passando necessidade. Sou médico. No meu Posto de Saúde já acabou o remédio. Temos um índice populacional que não está sendo o real, porque recebemos, a periferia de outros municípios que têm o Sistema de Saúde as vezes pior que o nosso, que tem o sistema de transporte escolar as vezes pior que o nosso, que vão convergendo para o nosso município. Daqui a pouco estamos devendo habitante.

Esta era a minha colocação e fazer um apelo aos Deputados Estaduais e Federais que continuemos a nossa união, porque graças a Deus tivemos essa CPI criada pela Assembléia Legislativa do Paraná, aos quais parabeno em nome dos meus companheiros do Norte do Paraná ao qual estou aqui representando. Então, esqueçamos as divergências Partidárias e lembremos de uma só, a bandeira brasileira e a bandeira do Paraná, e o nosso povo sofrido.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Primeiro gostaria de cumprimentar a Mesa da Casa quando acolheu a solicitação da criação de uma comissão especial proposta pelo Deputado Cartário, que traz para este recinto uma discussão de extrema importância, porque estamos vivendo a todo dia, a todo instante, lá no interior, nas cidades menores, as dificuldades pelas quais passam as Prefeituras. E esta dificuldade hoje é sentida, e hoje aqui encontrou um fórum para análise, e que ela fique efetivamente na construção que constrói, que edifica, e que possamos fazer com que tragamos para cá uma discussão que hoje os Prefeitos, e com justiça, queixam-se da falta de articulação para melhor desempenhar esta empreitada que é a reforma tributária.

O Deputado Nedson colocou aqui com propriedade a desarticulação, e é efetivamente uma desarticulação Srs. Prefeitos, porque na imprensa quando se fala de reforma tributária se fala do Governo Federal e se dá ouvidos aos governadores, passa ao largo a questão Municipal, e que é aonde lá está ocorrendo a maior privação na área pública desse país é no setor público municipal.

Então, mais uma vez se faz presente essa Assembléia, se faz autônoma para discutir com competência e com probidade, pena que permaneceu no recinto só o Deputado Basílio Vilari, mas que ele seja portador de todo o sentimento, especialmente com relação a contribuição financeira na saúde,

de, ICF. Precisamos acertar o país, precisamos é consertar, não podemos colocar mais remendo, precisamos Basílio é de não votar um Projeto desse, se está no fundo do poço que levemos, mas que aí possa sair dessa atitude uma lei que assegure aos municípios e à sociedade um atendimento justo na saúde.

Não adianta dizer que vamos colocar esta contribuição porque o Jatene é um homem honesto, honestidade não assegura pela lei, e não vamos fazer a lei para contribuir porque tem um funcionário, um representante do Governo que nesse momento é honesto; vamos sim estabelecer leis e contribuições porque há necessidade. Essa é a posição. E se não tiver, Basílio, que pelo menos se estabeleça nessa comissão um fundo municipal e que ele seja disvinculado de qualquer relação com o SUS, porque se não esse recurso vai novamente para construir prédios bonitos, de mármore, de piso de granito, e não vem para o Município aonde tem a necessidade. Achei extremamente importante, faço questão de relatar, o pronunciamento do Prefeito de Barracão, e do Gilberto da AMEPAR, meu companheiro lá da região norte.

Essas colocações que o Prefeito faz precisa ser extremamente didática porque a partir do momento que colocamos na questão bem didática temos condições de ampliar o diálogo e de favorecer o entendimento daquilo que queremos atingir. Já fui Prefeito, tive no nosso período uma dificuldade enorme quando foi dobrado o salário e não pode os Prefeitos hoje argumentar em nenhum momento que a Receita caiu, porque se fizemos um comparativo a receita aumentou e não pode se considerar o plano cruzado como um mal deste problema, porque a receita está aí e aumentou. Agora, o que nós temos que analisar e é isto que esta Comissão vai fazer, que o Geraldo Cartário preside, depois de fazermos esta análise, nós precisaríamos de ver aonde é que estão indo os recursos.

Nós já sabemos os cinco pontos do Polônio, do companheiro Gilberto, é na saúde, é na educação, é nas parcerias que nós entramos como filhos de enteados deste processo. Então é fazer uma análise profunda desta questão e espero, Sr. Presidente Geraldo Cartário, que nós possamos eu, como membro desta Comissão, possamos trazer a esta Casa e oferecer uma contribuição aos Municípios bastante razoável nesse sentido, porque se nós falarmos um momento de arrecadação, os dados estão aí, houve aumento e qualquer um derruba esta colocação diante de qualquer reunião. O que nós temos que justificar é a transferência, esta está sendo cada vez maior está tirando não só a condição dos municípios, de investimento, mas está tirando

sobretudo de arcar com as próprias despesas de manutenção.

Concedo o aparte ao Prefeito de Pitanga.

O Sr. Altair Zampier - Concorde que as despesas estão cada vez maiores, mas infelizmente no nosso caso numa arrecadação de 550 mil reais de janeiro, nós caímos para 464 agora em agosto. E na questão do Plano Real, realmente eu vejo como o maior de todos os problemas. Porque não só pela queda da arrecadação, mas o custo justamente naquilo que você precisa adquirir nas tuas despesas normais de sobrevivência do Município são conseqüências econômicas, em cima de uma arrecadação que se não caiu em alguns Municípios, dificilmente tem aumentado. Mas realmente o grande problema está justamente na questão das despesas terem ampliado não só na saúde, educação, mas também na questão de obras.

O SR. JOSÉ MARIA - É esta a atenção que os Prefeitos precisam ter, esta Comissão precisa ter, os Deputados Federais precisam ter. Não é discutir queda de receita, é discutir como controlarmos a despesa e sobretudo como não assumir mais convênios que tragam responsabilidades aos Municípios sem que com isso eles tenham. Nós assumimos responsabilidades com delegacias, manutenção de combustível que eu sei, a saúde que o Governo Federal não resolveu em 30 anos, nós tivemos que resolver ou tentar resolver.

A educação que não se resolveu acabou a Prefeitura assumindo parte dela e aí vem o problema muito grave que é com relação a Municipalização que um dos Deputados tocou nesse plenário que o não concurso de 1.^a a 4.^a série que vai ser extremamente penoso aos Municípios se tiver que vir a assumir. Agradeço pela benevolência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de dar a palavra ao último orador pela ordem, quero que os Senhores Deputados tomem ciência: sobre a Mesa um requerimento transformando a Sessão Ordinária do próximo dia 5, para uma Sessão Extraordinária do Conselho Parlamentar do Sul, com Senhores Presidentes de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, às 09:30 da próxima 5.^a feira.

Os Senhores Deputado que concordam permaneçam como estão.

Requerimento aprovado.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Só para encerrar, gostaria de agradecer. Quero agradecer em meu nome, presidindo essa Comissão Par-

lamentar, em nome de todos os Deputados, certamente em nome do Presidente Albino Corazza, Prefeito de Toledo, em nome de todos os Prefeitos.

Queremos agradecer aqui a grande presença, no encerramento, alguns já foram, mas queremos agradecer ao Presidente Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, e especialmente pedir desculpas ao Secretário do Planejamento pela demora, quando o convidamos para às 18:00 horas da tarde, já são 19:30 horas e nós queremos agradecer a esse companheiro Amaral, Presidente da Associação dos Municípios e agora os presidentes dessa comissão, os prefeitos dessa comissão, juntamente com os Deputados que aqui estão, vamos nos reunir com o Secretário de Planejamento, e, finalizando, o Deputado Basílio Vilani que aqui ficou até agora, e onde dez Deputados Federais aqui compareceram, deu um "alô" muito importante aos Prefeitos, que as emendas do Congresso Nacional que iriam para os municípios, ele vai tentar transformar isso num 13º aos municípios do Paraná.

Isso é uma perspectiva do coordenador da Bancada do Paraná e agora vamos ouvir a perspectiva do Secretário do Planejamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - (Lê):

**CONSELHO PARLAMENTAR DO SUL
ESTADOS DO PARANÁ, SANTA CATARINA,
RIO GRANDE DO SUL E MATO GROSSO DO SUL
REUNIÃO PLENÁRIA EM CURITIBA**

PROGRAMA

DATA: 04.10.95

Dia 04 (Quarta-Feira)

17:00 horas

Recepção - Deputado Anibal Khury -
Presidente da Assembléia Legislativa

20:00 horas

Jantar - Santa Felicidade

Dia 05 (Quinta-Feira)

Salão Nobre da Assembléia Legislativa

09:00 horas

Início dos Trabalhos - Abertura

Deputado Anibal Khury - Presidente da
Assembléia Legislativa do Paraná.

09.30 horas

Temas da Pauta:

1 - Os Estados do Sul no contexto do
MERCOSUL

2 - Reforma Constitucional e os Estados do Sul no contexto da Federação Brasileira.

DEBATEDORES: Embaixador João Carlos Pessoa
Fragoso - (Ministro das Relações Exteriores).

Doutor José Carlos Gomes Carvalho (Presidente da FIEP)
Doutor Antoninho Caron
(Secretário Municipal da Indústria e do Comércio).

13:00 horas

Almoço com o Governador Jaime Lerner

15:00 horas

Sessão Plenária:

- . aprovação do Documento de Curitiba
- . Encerramento.

CONVIDADOS: Todos os Presidentes e Parlamentares das Assembléias Legislativas dos Estados do RS, SC, PR e MS.

Presidentes das Federações Estaduais da Indústria, Comércio e Agricultura do RS, SC, PR e MS.

CONTATOS: Diretoria de Serviços Especiais:

Fone: (041) 254-7522 ramais 444 e 460

falar com Célia ou Marcos.

Fax: (041) 253-1768.

Encerrando a presente reunião, convocamos outra para amanhã, no horário regimental, às 14:30 minutos.

Agradecemos a todos os Deputados Federais que aqui se fizeram presentes e aqueles que justificaram a sua ausência, bem como, a todos os Senhores Prefeitos e lideranças que aqui estiveram, bem como ao ilustre Secretário Cássio que aqui conosco associou-se à tese municipalista dos Senhores Deputados Estaduais e convocamos uma reunião agora com todos os Prefeitos, lideranças e Deputados interessados, no Salão Nobre.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.